



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 09-08-2023

Ata nº 16

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 03-08-2023

Operações Orçamentais	100 126,24€
Operações de Tesouraria	593 037,82€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Isabel Ferreira Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara Municipal iniciou a reunião elencando as mais recentes atividades com relevo no Município de Melgaço.

Começou por referir o MDOC – Festival Internacional de Documentário de Melgaço, que terminou a semana passada, com grande sucesso em todas as suas ações: quer relativamente às competições entre realizadores e produções, quer nas ações efetuadas junto das freguesias de Alvaredo, Chaviães e Castro Laboreiro, como as projeções, que resultaram bem, exceto em Castro Laboreiro, e a exposição de fotografia e lançamento do livro “Labuta”, de João Gigante, quer em relação às restantes atividades. Deu nota que a falta de alojamento impossibilitou algumas pessoas de participarem na edição deste ano.

Relativamente ao Melgaço em Festa, referiu que muita gente assistiu ao Festival Internacional de Folclore “O Mundo a Dançar”, bem como aos dois dias do Dia do Brandeiro, onde teve a oportunidade de estar no sábado e verificar a excelente e inovadora organização deste ano. No que respeita ao Dia do Emigrante, sublinhou a aposta conseguida com a nova localização, que permitiu um palco com outra grandeza e maior espaço para o público, refletindo-se nas assistências das atuações dos 3 ranchos convidados e da atuação da Cláudia Martins. Disse, ainda, que esta atividade está relativamente afinada e que se prevê o seu crescimento.

O Presidente informou o Executivo da homenagem prestada, no Salão Nobre, aos trabalhadores do Município que se reformaram no ano de 2022.

Relembrou, ainda, que seguidamente terá lugar o Mercado Medieval.

Terminou a sua intervenção destacando os bons resultados e as duas medalhas de prata conseguida pela Melgaço Dance Center no Campeonato Europeu que decorreu em Espanha, recordando que a equipa melgacense alcançou, no ano passado, o título de Campeã Europeia. Sublinhou o bom trabalho desenvolvido e a vontade de fazer bem feito da equipa, que se apresenta como uma referência no desporto concelhio.

Tomou a palavra o Vereador José Passos Rodrigo, começando por parabenizar a Melgaço Dance Center pelas medalhas de prata alcançadas nas categorias de Jazz Teatral e Modern Jazz, o que, no seu entender, incentiva a prática da modalidade por outras pessoas. Afirmou, ainda, a sua certeza da continuidade do êxito desta equipa.

No que respeita ao concurso referente ao Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho, questionou o porquê da sua anulação, qual a verdadeira fundamentação para a anulação.

Tomou a palavra o vereador Manuel Fernandes para trazer três assuntos à reunião.

O primeiro relativo à Conferência: “Rio Minho: O Corredor Verde Transfronteiriço”. Disse que esteve presente e que gostou imenso pelas preocupações manifestadas e sobretudo pela qualidade das intervenções proferidas, de diferentes âmbitos. Foi um momento de discussão e

partilha de conhecimento entre as duas bandas do rio Minho de louvar. Referiu que subscreve a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, que falou de uma estratégia comum de desenvolvimento económico e social e não só de turismo e pesca, pois outras áreas merecem a preocupação de todos no âmbito transfronteiriço. Continuou referindo que o despertar para as problemáticas do Rio Minho não deve ser uma fronteira, que esta tem que desaparecer e vir ao de cima as várias potencialidades dos dois lados. Afirmou, ainda, que não faz sentido querermos fazer regionalmente, mas as entidades superiores estarem ausentes desta discussão. Propôs, sobre este assunto, chamar cá as entidades superiores para nos fazermos ouvir, bem como escrever uma súmula do evento para remeter à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Ministério do Ambiente, bem como às entidades equivalentes espanholas. Termina a sua intervenção sobre o tema sublinhando que precisamos destes eventos para dar relevância a este nosso território que inclui 26 concelhos e louvando o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho (AECT Rio Minho).

Continuou a sua intervenção o Vereador Manuel Fernandes demonstrando preocupação em relação à Ponte das Cortelhas, que liga os territórios de Parada do Monte e Cubalhão, pois está sem guardas, o que representa perigo para quem passa por lá. Referiu que ouviu falar do alargamento da Ponte, mas não conhece qualquer desenvolvimento ou solução sobre o tema.

O Vereador Manuel Fernandes terminou a sua intervenção relembrando uma estratégia que constava dos documentos orçamentais no mandato 2017-2021 relativo à criação de uma Zona/Reserva de Caça Turística. Questionou se esta estratégia desapareceu definitivamente, se não há relevância económico ou política ou se existem limitações de natureza legal que impeçam a sua concretização.

A Vereadora Sónia Trancoso tomou a palavra questionando sobre o ponto de situação da renovação do sistema de iluminação e se existe algum constrangimento nesta matéria. Alertou, ainda, para a situação da passagem de camiões na Rua das Carvalhiças, que causam estragos em telhados, caleiras e postes de iluminação. Referiu especificamente a situação de um camião que ficou encalhado e que, conseguindo soltar-se, fugiu sem assumir qualquer responsabilidade. Relembrou que antes existia um sinal de proibição de passagem de camiões, mas que já não existe, terminando propondo limitar a passagem de camiões de grande dimensão.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.

Começou pelo concurso do Serviço Público de Transporte de Passageiros nos Municípios do Alto Minho, referindo que apenas uma associação de empresas espanhola foi verdadeiramente concorrente, porquanto as restantes apresentaram uma proposta de preço de 1€, apenas para ter acesso às informações do concurso. O júri fez a sua análise e, através do relatório preliminar, admitiu a concurso a referida entidade, excluindo as demais. Após o período de audiência prévia, considerou não adjudicar a proposta por não respeitar os requisitos do caderno de encargos, pelo que solicitou esclarecimentos que não foram prestados, seguindo-se, consequentemente, a anulação do concurso. Esclareceu que a CIM-Alto Minho está a efetuar pequenos ajustes ao caderno de encargos após o que estará pronta para, na 1.ª quinzena de setembro, lançar novo procedimento, cuja expectativa é estar resolvido no 1.º trimestre de 2024. Clarificou, ainda, que o prazo do contrato será de 3 anos, após o que será realizada uma análise à execução, de forma a ajustar as necessidades e talvez assumir outro prazo para a concessão.



O Vereador José Passos Rodrigo pediu e tomou a palavra, concluindo que o novo procedimento vai trazer constrangimentos de timing à operação e que, após os 3 anos de contrato, como bem disse o Presidente, será melhorada a concessão. Consequentemente, questionou se as peças do atual procedimento foram objeto de algum parecer técnico de análise das necessidades.

O Presidente respondeu que as peças foram elaboradas por uma equipa especializada da CIM – Alto Minho, com o apoio de equipas dos vários municípios e auxiliada por consultores especializados nesta matéria; que o trabalho foi bem feito e validado pela Autoridade Nacional de Transportes que deu por bom o caderno de encargos. Concluiu, portanto, que não foram falhas do caderno de encargos que ditaram a anulação do concurso, ainda que possa ser objeto de algumas afinações. O concurso foi anulado por falta de resposta aos critérios estabelecidos. Relativamente à necessidade de afinação do caderno de encargos, esclareceu que o mesmo está bem feito, mas que falta informação útil por parte dos operadores que trabalham no território, que nunca as forneceram, nem a pedido nem por vontade própria, tais como número de clientes, capacidade de autocarros, entre outras. Informou, sobre esta matéria específica, que o caderno de encargos estabelece uma obrigação de transmissão de informação detalhada sobre todas as variáveis por parte da concessionária, daí que, no fim da concessão, pode ser melhor estruturado e que, por isso, não se avançou para um período mais alargado.

Sobre a Conferência: “Rio Minho: O Corredor Verde Transfronteiriço”, o Presidente lamentou não ter estado presente, afirmou o seu agrado pelas palavras do Vereador Manuel Fernandes e referiu que Melgaço foi o território certo para a sua realização, considerando que tem a maior fronteira e com um maior número de municípios. Esclareceu que foi uma iniciativa liderada financeiramente pela CIM – Alto Minho com a colaboração da AECT Rio Minho, cuja estratégia conjunta se centra nos diversos âmbitos de atuação sobre o Rio Minho, através de uma análise mais cuidada das questões que o envolvem, sendo o foco desta conferência a cooperação, turística, mas também noutros setores, que contou com um painel detentor de um conhecimento extraordinário sobre a matéria.

O Presidente da Câmara Municipal sublinhou a importância da cooperação, cujo alargamento para o setor económico é visível no êxito comercial verificado no crescimento das exportações, cujo ritmo é notável e tem raiz na relação estreita estabelecida entre os atores fronteiriços. Apontou também o desenvolvimento rodoviário feito e a fazer e o entendimento governamental em relação à ferrovia, tendo o IP já lançado concursos para projetos de alta velocidade Porto-Vigo. Na área da saúde, referiu o anúncio de partilha de serviços de emergência.

Ainda assim, sublinhou o Presidente a importância do foco no Rio Minho, pois pode estar a correr riscos ambientais, não pelo lado português, mas sim por Espanha, na medida em que o grande trabalho de construção de redes de saneamento e melhoria do funcionamento da ETAR de Penso por parte de Melgaço não foi acompanhado pelo lado espanhol. Informou, ainda, que recebemos uma equipa ambiental com uma proposta, que aceitamos, relativa à proteção de uma espécie da família dos nenúfares, pois somos o seu último reduto, porquanto já desapareceu em toda a Península Ibérica. Afirmou que o foco ambiental na fauna e flora é muito importante, também porque temos que acautelar as espécies, como a lampreia, o sável e o salmão, que nos dois últimos anos diminuíram a população. O Presidente findou o tema afirmando que o anel verde se prende com tudo isto e, necessariamente, com a gestão turística, incluindo as ciclovias e ecovias.

Continuou o Presidente da Câmara Municipal as suas respostas às questões colocadas pelo Vereador Manuel Fernandes. No que respeita à ponte de Parada do Monte e Cubalhão, lembrou a sua vistoria recente, no valor de 20.000€, que parece que vai cair, mas não cai, onde foi feito um bom trabalho. Em relação à ponte referida pelo Vereador, assumiu que não tem passado por lá ultimamente, mas que viu as fotos e que tem sido alertado pelo Presidente da Junta de Freguesia para a necessidade do seu alargamento. No entanto, não é possível resolver tudo ao mesmo tempo, mas que continuará atento à situação.

No que respeita à Zona de Caça Turística, informou que o assunto não desapareceu do radar, mas que as apostas foram direcionadas para outras áreas turísticas.

Quanto à questão da iluminação pública levantada pela Vereadora Sónia Trancoso, o Presidente admitiu os constrangimentos causados no início do ano pelas tempestades ocorridas, que foram quase todos resolvidos, ainda que se verifiquem em alguns pontos, mas monitorizados para darmos resposta. Lembrou o investimento em LEDS, no valor de 250.000€, que possibilita à EDP a redução das lâmpadas de sódio.

Informou ainda sobre a aposta numa solução integrada, através da solicitação de propostas, para permitir transformar o parque de iluminação público em LED inteligente, através de uma conectividade que permitirá, de forma remota, ligar, desligar e alterar o fluxo em determinadas horas para reduzir o consumo. Estima que se pode economizar os gastos em consumo elétrico, no valor de 300.000€/400.000€, em 50%. O Vereador José Passos Rodrigo lembrou que essa modalidade está prevista para a Zona Empresarial de Alvaredo e questionou se se prevê a sua expansão para a Vila. O Presidente respondeu que essa modalidade só está prevista para a Zona Empresarial de Alvaredo, estando a ser estudadas outras soluções para a Vila.

No que respeita à circulação de camiões na Rua das Carvalhiças, o Presidente admitiu os problemas levantados pela Vereadora Sónia Trancoso, ainda que tais problemas sejam a fatura de bons projetos para o Município, como é o caso das obras levadas a cabo pela Quinta do Louridal, que está a construir uma vinha em socalcos, única no território, que criará nova paisagem, bem como a construção de uma nova adega, com projeto da autoria do arquiteto Souto Moura, e uma Guest House também.

O Vereador José Adriano Esteves Lima tomou a palavra para informar que os serviços municipais já se deslocaram ao local e que já foi pedido o sinal para condicionar as dimensões dos camiões que circulam na Rua das Carvalhiças, ainda que admita que pode não solucionar o problema de momento, pois os camiões necessitam de se deslocar para a obra.

Continuou o Vereador José Adriano Esteves Lima lembrando o Torneio de futsal feminino “Troféu Inês Negra”, que trouxe ao Município 9 equipas, num total de 100 atletas, cuja vencedora foi a equipa de Matosinhos. Ainda assim, sublinhou que o Município ganhou com a organização e que as atletas mais novas dão alento a este projeto que não existia, mas que já organiza estes eventos.

O Vereador José Adriano Esteves Lima destacou, por fim, a realização da 1.ª edição do Festival de veículos antigos organizado pelo Clube de Veículos Antigos de Melgaço, nas Termas, que correu muito bem, assumindo que perspetiva o seu crescimento.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

224. Neste ponto não estão para aprovação as Atas das reuniões anteriores, por não ter sido possível aos serviços concluí-las.

225. Justificação de faltas.

Neste ponto o Vereador José Augusto Passos Rodrigo, apresentou justificação de falta à reunião n.º15 de 26-07-2023, por motivo de férias.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a justificação de falta apresentada. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

226. Presente requerimento em nome de Rosa Maria Azevedo Soares, a solicitar a transferência de licença de uso privativo do lote n.º96 da Feira Semanal para Ana Rita Marques da Silva, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º7519 de 31-07-2023 e ao abrigo do artigo 22.º do RMAENS, autorizar a transferência de licença de uso privativo do lote n.º96 da Feira Semanal para Ana Rita Azevedo Soares.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

227. Presente para efeitos de aprovação, a proposta de atualização de valores de apoio no âmbito da Ação Social Escolar para o ano de 2023/2024, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º7694 de 03-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea hh) do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da atualização de valores de apoio no âmbito da Ação Social Escolar para o ano de 2023/2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

228. Presente para efeitos de aprovação a proposta de atribuição de apoio económico no âmbito de ação social, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º7696 de 03-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da atribuição de apoio no valor de 250,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

229. Presente para efeitos de aprovação apoio no domínio do arrendamento/crédito habitação, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7704 de 03-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação de apoio no domínio do arrendamento/crédito habitação, no valor de 80,00€.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

230. Presente para efeitos de aprovação o início do procedimento da primeira alteração do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7700 de 03-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2023, de 12 de setembro, aprovar o seguinte:

1. Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto da 1ª Alteração Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Município de Melgaço;
2. Que a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto da 1ª alteração do regulamento se processe através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, por meio de correio eletrónico: geral@cm-melgaco.pt, correio postal ou entregue, em mão, no Balcão Único da Câmara Municipal, Largo Hermenegildo Solheiro, 4960-551 Melgaço, a apresentar no prazo de 10 dias úteis;
3. Que se proceda à publicitação, no sítio da internet do Município de Melgaço, do início do procedimento, conforme edital.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

231. Presente ofício da Junta de Freguesia de Paderne, a solicitar a concessão de apoio financeiro no valor de 25.414,50€, para as despesas relacionadas com a revisão de preços da empreitada da Ampliação do Cemitério Fase 2 e dos Trabalhos Complementares da Fase 3, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 7623 de 02-08-2023 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder apoio financeiro no valor de 25.414,50€, para as despesas relacionadas com a revisão de preços da empreitada da Ampliação do Cemitério Fase 2 e dos Trabalhos Complementares da Fase 3.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

232. Presente requerimento em nome de Otília Rodrigo, a solicitar a troca das sepulturas com os n.ºs 11 e 12 do talhão G, covato duplo, por um terreno para construção de um jazigo, que ficará anexo a esta. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 97629 de 02-08-2023 e de acordo com o artigo 74.º do Regulamento Municipal do Cemitério de Melgaço, conceder a permuta cobrando o diferencial de custo no valor de 315,00€

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

233. Presente para efeitos de aprovação a minuta de aditamento ao contrato celebrado entre o Município de Melgaço e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L., em 6 de junho de 2023, no montante de dois milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e quarenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos (2.291.646,35€), que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, a aprovação da minuta de aditamento ao contrato celebrado entre o Município de Melgaço e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L., em 6 de junho de 2023, no montante de dois milhões duzentos e noventa e um mil seiscentos e quarenta e seis euros e trinta e cinco cêntimos (2.291.646,35€).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.30 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Amc Guimarães, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal


Manoel Batista Calçada Pombal